

FUTURO DA CAPITAL



MARCELO PREST

Sem mais repartições
Moradores querem proibir a entrada de órgãos públicos, mas o PDU deve vetar apenas os maiores.

“A situação do nosso bairro é desproporcional. Queremos estimular novos residenciais para que daqui a 10, 20 anos, isso mude”

—
EDUARDO BORGES
DIRETOR DA ASSOC. DE MORADORES DA ENSEADA DO SUÁ (camisa branca)

NOVO PDU VETA PRÉDIOS PÚBLICOS NA ENSEADA

Projeto deve barrar repartições de grande porte no bairro

/// **CARLA SÁ**
carla.sa@redgazeta.com.br

O novo Plano Diretor Urbano (PDU) de Vitória está sendo discutido há mais de um ano para atender às necessidades dos moradores e concordar com os planos da gestão municipal para a cidade. Estão previstas diversas mudanças, especialmente para aproximar cidadãos dos serviços dentro dos bairros. Na Enseada do Suá, por exem-

plo, deve ser vetada a instalação de mais repartições públicas de grande porte.

O pedido foi feito pelos moradores, que na verdade desejam proibir a chegada de tribunais e qualquer escritório público no bairro que já abriga a Assembleia Legislativa, tribunais de Justiça e de Contas, além de secretarias de governo. “Ponderamos que não seria possível vetar completamente, mas vamos

discutir no Conselho do PDU para que só entrem repartições pequenas e médias”, explicou a secretária de desenvolvimento da cidade, Lenise Loureiro.

O pedido é baseado na falta de vivência residencial no bairro. “Há uma relação desproporcional entre o número de empregos disponíveis e a quantidade de moradias. Por isso, à noite e no fim de semana fica morto,

mas no horário comercial é um caos no trânsito”, diz Eduardo Borges, diretor da Associação de Moradores, Empresários e Investidores da Enseada do Suá.

Apesar da proposta debatida no Conselho, a população ainda espera que a mudança seja mais radical. “A Enseada está saturada de órgãos que atendem à cidade e ao Estado, mas não ao bairro”, diz Borges.

O Conselho do PDU se reúne hoje e depois em janeiro, para concluir a minuta de lei que será apreciada no Encontro da Cidade em fevereiro e depois votada na Câmara de Vereadores.

INCENTIVO

Em toda a cidade, com o intuito de facilitar a mobilidade das pessoas, o comércio no interior dos bairros será incentivado.

Lojas e estabelecimentos como creches poderão ter 600 m², antes podiam chegar a 300. Há também mudanças no número de vagas de estacionamento.

“Flexibilizamos exigências, como a dispensa de edificações de 320 m² de terem vagas. Isso vai estimular os comércios de bairro, levando os serviços para mais próximo dos cidadãos”, ressalta Lenise.

NOVIDADES PARA A CIDADE

REPARTIÇÕES PÚBLICAS ENSEADA DO SUÁ

▼ Veto

Moradores da Enseada do Suá pedem que não seja consentida a entrada de mais repartições públicas no bairro, pois o local sofre com um inchaço da área empresarial e de funcionalismo público, com muitos tribunais e secretarias. A proposta discutida pela prefeitura para o novo PDU é de que sejam vetadas repartições maiores, permitindo a chegada de pequenas e médias.

PARQUE TECNOLÓGICO GOIABEIRAS

▼ Área mista

O conselho do PDU vota hoje a proposta de tornar o terreno em Goiabeiras destinado ao Parque Tecnológico, de 332 mil m², em área mista, com 150 mil m² para residencial. O projeto original, idealizado há mais de duas décadas, é de um espaço totalmente industrial que abrigaria empresas de tecnologia, laboratórios de pesquisa e até um aquário, para estudo da vida marinha.

ALTURA DOS PRÉDIOS JARDIM CAMBURI

▼ Dez andares

A pedido dos moradores, em Jardim Camburi, os prédios às margens da Avenida Norte-Sul não poderão ter mais de 10 andares, assim como na região chamada de Santa Terezinha. Já no interior do bairro, a altura será de até seis andares.

▼ PRÓXIMO AOS MORROS

▼ Visão

Também estão limitadas as construções próximas a paisagens dos morros do Cruzeiro, Itapenambi e

Gamela, na região da Praia do Canto, para manter a visão deles. Nas proximidades do Cruzeiro, os prédios poderão ter, no máximo cinco pavimentos. Já no entorno dos outros dois, as edificações devem ter de dois a seis andares. As Ilhas do Boi e do Frade e Canal da Passagem também ficam com dois pavimentos, pelo mesmo motivo.

SANTO ANTÔNIO

▼ **Basílica e Baía Noroeste**
Santo Antônio, assim como o interior dos bairros e ao alto dos morros que compõem a região sete de

Vitória (Nova Palestina, Resistência, Conquista, Ilha das Caieiras, Santo André, Redenção, São Pedro, Santo Reis, São José e Comdusa) terão a altura dos novos prédios limitada a quatro andares para preservar também a vista da paisagens e de monumentos, como a baía noroeste e a Basílica de Santo Antônio.

FIOS CENTRO

▼ Subterrâneos

Uma das metas no novo PDU é de que a fiação elétrica em frente a 175

edifícios históricos e de interesse de preservação da Capital sejam enterrados em até dois anos. Desses imóveis, 86% estão no Centro de Vitória, mas há também construções na Praia do Canto, Santo Antônio, Jucutuquara e Mário Cypreste.

COMÉRCIO PRAIA DO CANTO

▼ Incentivo

Edificações com perfil residencial na praia do Canto poderão ser transformadas em empreendimentos

EDSON CHAGAS - 28/08/2013

Limite de dez andares em Jardim Camburi

Tamanho valerá para Avenida Norte-Sul. Dentro do bairro, serão aceitos apenas seis

CARLA SÁ
carla.sa@redegazeta.com.br

O novo Plano Diretor Urbano (PDU) também traz algumas novidades sobre a altura das edificações. A mais significativa é a limitação das construções na Avenida Norte-Sul, em Jardim Camburi, a 10 andares.

O tamanho também vale para a região conhecida como Santa Terezinha. Mas dentro do bairro a restrição é maior: seis pavimentos. A mudança atende a um anseio da comunidade sobre o crescimento da região, que, na visão dos moradores, não suportaria mais um aumento populacional.

Mas além de Jardim Camburi, há restrições para preservar algumas vistas e paisagens na cidade. É o caso de Santo Antônio e dos bairros que fazem parte da região sete de Vitória (Nova Palestina, Resistência, Conquista, Ilha das Caieiras, Santo André, Redenção, São Pedro, Santos Reis, São José e Comdusa). Os prédios serão limitados a quatro andares. Assim, ficam preservadas as visões para baía noroeste e a Basílica de Santo Antônio.

Também foram protegidas as paisagens dos moradores do Cruzeiro, Itapenambi e Gamela, na região da

Praia do Canto. Nas proximidades do Cruzeiro, os prédios poderão ter, no máximo cinco pavimentos. Já no entorno dos outros dois, as edificações devem ter de dois a seis andares.

“A ideia é que, quando você olhar da calçada, para cima, veja os cumes”, comenta a secretária de desenvolvimento da cidade de Vitória, Lenise Loureiro.

ENCONTRO

A segunda rodada de assembleias nos bairros foi fi-

nalizada semana passada, onde 81 delegados foram eleitos para participar do Encontro da Cidade, discussão final da lei que também reunirá outras figuras envolvidas no desenvolvimento do documento, totalizando 243 pessoas.

“As reuniões com os moradores foram muito positivas, com riqueza no debate. Agora vamos aguardar o Encontro da Cidade, em fevereiro”, diz Lenise.

Antes disso, entretanto, ainda acontecem pelo menos dois encontros do Conselho do PDU, um hoje e outro em 18 de janeiro. O Conselho é formado por 24 conselheiros que aprovam as mudanças propostas, e também apresentam novas sugestões. Oito são pessoas da sociedade civil (como sindicatos, indústria e comércio), oito das regionais administrativas, representando os bairros, e oito de setores do poder público.

“Ainda temos 70 artigos para leitura e finalização. Estamos na fase final para a redação da minuta”, destaca Lenise.

Depois do Encontro da Cidade, em março, a minuta será encaminhada como projeto de lei para a Câmara de Vereadores, que vai votá-la.

Em todo esse processo, incluindo na fase parlamentar, o texto pode sofrer alterações nas propostas.



Jardim Camburi: na parte interna do bairro o limite de altura será de seis andares

“As reuniões com os moradores foram muito positivas”

LENISE LORUEIRO
SEC. DE DESENVOLVIMENTO



Fiação subterrânea nos monumentos históricos

Uma das metas do novo Plano Diretor Urbano (PDU), que está sendo elaborado, é fazer com que os fios em frente aos 175 edifícios históricos e de interesse de preservação da Capital sejam enterrados em até dois anos. Esses imóveis estão localizados em sua maioria no Centro (86%), mas também há construções na Praia do Canto, Santo Antônio, Jucutuquara e Mário Cypreste.

A proposta foi aprovada por moradores na assembleia territorial do Centro e a prefeitura municipal quer que a mudança fique a cargo da EDP Escelsa. A

empresa, entretanto, defende que atua conforme a legislação da União e que alterações com fins estéticos na rede de distribuição são de responsabilidade do solicitante, no caso a prefeitura.

O serviço terá que ser executado em até dois anos após a publicação do novo PDU, planejada para o primeiro semestre de 2017. Com isso, a retirada dos fios deve ocorrer até o primeiro semestre de 2019.

A mudança na fiação, inclusive, é cobrada por um grupo de trabalho do Ministério Público, de acordo com a prefeitura.

comerciais. São pelo menos 35 imóveis que devem ser convertidos para abrigar algum comércio. Na região, atualmente, há uma restrição sobre a chegada de novos estabelecimentos de negócios.

INTERIOR DOS BAIRROS

▼ Aumento

Comércio e estabelecimentos como creches nos “miolos” dos bairros antes ficavam limitados a 300 metros quadrados. Agora a proposta é de que cheguem a 600 metros

quadrados, o que incentiva empreendimentos no interior das localidades e facilita o deslocamento a pé do cidadão, com fornecimento dos serviços mais próximo de casa.

LOTES QUATRO CASAS

▼ Familiares

Os lotes cheios de casas, geralmente de uma mesma família, serão regularizados e permitidos. A minuta prevê a criação de novas tipologias para residências com até

quatro unidades, sem considerar as edificações como condomínios. Isso deve incentivar a regularização de construções na Grande São Pedro e em outras áreas mais carentes de Vitória.

MATA DA PRAIA

▼ Exceção

Apesar da permissão da mudança quanto aos lotes com até quatro casas, na Mata da Praia os moradores vetaram a proposta. O bairro será uma exceção sob o argumento de que a regra aumentaria a população da

localidade, que não estaria preparada para receber um número expressivo de novos moradores.

SUPERMERCADOS AUMENTO

▼ Tamanho

O novo Plano Diretor Urbano (PDU) de Vitória vai permitir o aumento do tamanho de supermercados na Capital considerados de médio porte dentro da maioria dos bairros, localizados nas principais ruas. Os estabelecimentos têm atualmente limite

máximo de 3 mil metros quadrados (espaço de vendas, depósito, estacionamento e áreas de carga e descarga). Com a sugestão dos moradores, os supermercados poderão ter até 5 mil metros quadrados. Entre os bairros beneficiados, Jardim da Penha e Jardim Camburi.

VAGAS DE ESTACIONAMENTO PROPORÇÃO

▼ Menor quantidade

A lei atual prevê a proporção de uma vaga

de estacionamento em uma estabelecimento comercial para cada 35 metros quadrados. Passará a ser uma para 40 metros quadrados.

PORTE

▼ Isenção

O novo PDU também prevê a isenção para estabelecimentos com tamanho máximo de 320 metros quadrados de oferecerem vagas aos clientes. Nesse porte, com a atual legislação, os proprietários precisam oferecer seis vagas de estacionamento, algo que não será mais obrigatório.